

## **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

### **PROJETO DE LEI Nº 5.894, DE 2009**

Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do IBAMA e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona, altera a Lei nº 10.410, de 2002, que cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

**Autor: Poder Executivo**

**Relatora: Deputada Andréia Zito**

### **EMENDA Nº**

Acrescente-se ao projeto de lei nº 5.894/09 o seguinte artigo, onde couber.

Art. ...O art. 91 da Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

I - .....

II - .....

a) quando percebida por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses;

b) .....”

(NR)

### **JUSTIFICAÇÃO**

Propõe-se a supressão do artigo 4º, considerando que a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estabelece regras para todos os servidores públicos federais, instituindo o limite de três anos para cumprimento do estágio probatório. Entende-se que, no caso do MMA, IBAMA e do Instituto Chico Mendes, ao se determinar que para os servidores recém-nomeados o prazo para remoção seja de cinco anos, a Carreira de Especialista em Meio Ambiente torna-se pouco atrativa em comparação às demais, e, portanto, exercendo efeito contrário ao pretendido pelos autores da proposição.

Sala da Comissão, em      de      de 2009.

**Deputada Manuela d'Ávila**

**PCdoB/RS**